

jornal

MAIO 2025

Federação Nacional da Educação



COMPROMISSO COM SOLUÇÕES

INCLUI SUPLEMENTO
ENTREVISTA



ÍNDICE

fne

3 - 4

EDITORIAL

30 - 40

PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO

5 - 27

AÇÃO SINDICAL

41 - 43

INTERNACIONAL

28 - 29

TEM A PALAVRA

44 - 45

SAÚDE



FICHA TÉCNICA | MAIO 2025

Proprietário
Federação Nacional da Educação

Diretor
Pedro Barreiros

Produção de conteúdos
Joaquim Santos e Tiago Soares

Secretariado
Adosinda Leitão e Cristina Maia

Tesoureiro
Mário Jorge

Redação
Rua Pereira Reis, 399
4200-448 Porto
tel. 225 073 880
www.fne.pt | secretariado@fne.pt

Produção gráfica e paginação
Rafael Marques

Sindicatos membros

- Sindicato dos Professores da Zona Norte
- Sindicato dos Professores da Zona Centro
- Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo
- Sindicato Democrático dos Professores do Sul
- Sindicato Democrático dos Professores dos Açores
- Sindicato Democrático dos Professores da Madeira
- Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas
- Sindicato dos Trabalhadores de Apoio Educativo/Pessoal Não Docente da Zona Norte
- Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro
- Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas

MEMBROS

SPZN

SPZC

SP

SPD

SPPA

SP

SPCL

SPAE

SPAE

SPAE

FILIAÇÃO

CPDPT

UGT

ETUCE

CEPLP-SE

AR

AR

AR

EDITORIAL



A Educação em Portugal não pode esperar: é tempo de compromisso e de ação

As últimas eleições legislativas assinalaram o início de uma nova etapa na vida política nacional. A composição fragmentada da nova Assembleia da República exige diálogo, compromisso e uma governação com visão estratégica, corajosa e inclusiva, sobretudo em áreas estruturantes como a Educação. A sociedade portuguesa está cansada de promessas não cumpridas, de medidas avulsas e da degradação contínua dos serviços públicos. A Educação, enquanto pilar fundamental da democracia e motor de progresso social e económico, tem sido repetidamente adiada, desvalorizada e alvo de desinvestimento.

Neste novo ciclo político, o Governo tem a responsabilidade moral e política de colocar a Educação no centro da sua ação. A FNE espera, por isso, que o trabalho profícuo desenvolvido na defesa da Educação, nomeadamente no que respeita à recuperação do tempo de serviço congelado, tenha continuidade e seja aprofundado, em benefício de todos, e em particular das comunidades educativas.

Agora é tempo de agir, com urgência, com justiça e com visão. O novo executivo deve dar prioridade à valorização dos trabalhadores da Educação, pois não se atrai talento com salários estagnados, carreiras desvalorizadas e instabilidade permanente. É imprescindível avançar com um plano ambicioso de formação, recrutamento, incentivos reais à fixação e rejuvenescimento da profissão docente, tendo em conta a saída significativa de profissionais por aposentação prevista para os próximos anos.

A FNE defende que a revisão e a entrada em vigor do Estatuto da Carreira Docente (ECD) devem ser concretizadas com o rigor, a eficiência e o sentido de responsabilidade que o momento exige. Questões como o tempo de serviço perdido entre escalões, a monodocência, a sobrecarga do tempo de trabalho, o excesso de burocracia e a indisciplina nas escolas devem estar no centro das negociações, num processo que se deseja verdadeiramente participado e construtivo.

A estabilidade e a previsibilidade são condições essenciais para o bom funcionamento das escolas e para a valorização efetiva das carreiras dos profissionais da Educação. O novo Governo não pode ceder ao imobilismo nem à gestão meramente tecnocrática. As escolas exigem uma resposta robusta e imediata ao envelhecimento do corpo docente, à carência de recursos humanos especializados e à falta de apoio técnico e psicológico.

É igualmente fundamental promover um debate alargado e participado sobre os currículos escolares, alinhando-os com os desafios do século XXI e atribuindo maior autonomia às escolas, garantindo, ao mesmo tempo, coerência e equidade a nível nacional.

A FNE reafirma a sua determinação em retomar processos negociais verdadeiramente efetivos e produtivos, que valorizem o diálogo social, respeitem o trabalho dos Docentes e do Pessoal de Apoio Educativo, e deem resposta às suas legítimas reivindicações. O país não pode continuar a adiar as decisões que se impõem. A Educação em Portugal exige investimento, liderança e reconhecimento. Exige, acima de tudo, um compromisso político claro e inabalável com o futuro coletivo do país.

Uma democracia forte constrói-se com uma Educação de qualidade.

O tempo de agir é agora.



PEDRO BARREIROS
SECRETÁRIO-GERAL DA FNE

AÇÃO SINDICAL



SESSÃO PÚBLICA COM PARTIDOS POLÍTICOS

AS APOSTAS NA EDUCAÇÃO

9 de MAIO 2025

15h00 - 18h00



**TRANSMISSÃO
ONLINE**

PORTO

Auditório do SPZN
Rua Costa Cabral, 1035



afiet



Sessão pública da FNE com partidos políticos “foi aposta ganha”

O Auditório do Sindicato dos Professores da Zona Norte (SPZN), no Porto, encheu para ouvir, na tarde de sexta-feira, 9 de maio de 2025, representantes de sete partidos com assento parlamentar para uma Sessão Pública, em forma de mesa-redonda, em que estes apresentaram os seus compromissos essenciais para a próxima legislatura, na área da Educação.

Com o tema “As Apostas na Educação” e englobado no contexto das eleições legislativas convocadas para o próximo dia 18 de maio de 2025, a FNE entendeu - tal como aconteceu nas últimas eleições legislativas - ser de particular relevância proporcionar um espaço de apresentação e debate das propostas que os diferentes Partidos Políticos pretendem submeter à consideração do eleitorado, em especial no que respeita à Educação, área de reconhecida importância estratégica para o desenvolvimento sustentável da nossa sociedade.

A moderação desta sessão esteve a cargo de João Dias da Silva, Presidente da AFIET, e a sessão de abertura e encerramento ficou entregue ao Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros.

Foi então o líder da FNE quem lançou esta “mesa-redonda”, destacando no seu discurso de abertura as conquistas que a FNE alcançou nos últimos tempos, mas também as preocupações com os problemas e desafios que a Educação enfrenta nos próximos anos para docentes, pessoal de apoio educativo (PAE), alunos e comunidades educativas.

Foi na base desse contexto que os convidados partidários enfrentaram os minutos que tiveram para apresentar e defender as suas “apostas” quanto ao que o futuro pode e deve trazer para o sistema educativo português.

PSD defendeu diálogo como base de negociação

Pedro Alves, em representação do Grupo Parlamentar do PSD, foi o primeiro a intervir, lembrando a capacidade "que este governo teve de em 39 dias de legislatura chegar a acordo para a recuperação do tempo de serviço". O deputado do PSD defendeu ainda que a negociação e o diálogo devem ser as bases para se alcançar o sucesso na negociação, por pontos que tragam ganhos para a escola pública. Olhar para as remunerações, principalmente no início de carreira, foi uma das formas mais vincadas pelo representante social-democrata para se alcançar a valorização da carreira. A criminalização da agressão a um professor como crime público foi outros dos fatores elogiados por Pedro Alves, que realçou ser fundamental "voltar a dignificar a profissão de professor".



CHEGA lembrou importância do Ensino Profissional

José Carvalho, em representação do Grupo Parlamentar do CHEGA, congratulou-se por "finalmente a indisciplina ser um tema trazido para a mesa de debate". O deputado do CHEGA acrescentou que "parecia ser um tema que todos sabíamos existir, mas que todos tinham medo em falar, mas agora é finalmente mediático". José Carvalho foi o primeiro a trazer para a mesa de debate a questão do Ensino Profissional, recordando que "desde 2009 os apoios ao ensino profissional não recebem atualizações". Em sua opinião, este ensino "sendo de qualidade, vai também oferecer uma mais valia a vários setores, desde a agricultura à indústria". Para o CHEGA, o ponto da progressão na carreira é uma prioridade, assim como a valorização de todos os profissionais da educação.



Para o BE “é preciso um reforço da ação social escolar”

O terceiro convidado a falar nesta sessão foi Rafael Tormenta, candidato do Bloco de Esquerda na lista do Porto, que começou por recordar os vários problemas para os quais o seu partido vai procurar solução na próxima legislatura. Tais problemas passam por temas como o não cumprimento em OE dos 6% do PIB para a educação, a falta de condições nas escolas, os horários, o número de professores, a falta de formação para o ensino artístico, assim como a necessidade de contratar mais técnicos, psicólogos e mediadores. Foi precisamente sobre a reconhecida entrada de alunos migrantes em grande número nas escolas portuguesas que Rafael Tormenta reforçou a ideia de que "a entrada de muitos alunos migrantes nas escolas obriga a outra organização e apoios. É preciso um reforço da ação social escolar", referiu. O candidato do BE pelo Porto alertou ainda sobre as necessidades do PAE, tais como definir competências e criar uma carreira especial de técnico auxiliar.

LIVRE quer uma escola mais democratizada

Filipa Pinto, número dois do círculo eleitoral do Porto pelo LIVRE e professora há mais de 32 anos, começou por deixar críticas à medida do governo de "chamar os professores reformados. Não é assim que se vai criar uma revitalização da carreira", assumindo antes ser necessário criar uma reestruturação na carreira sem deixar professores para trás, tendo em conta fatores como as ultrapassagens. Filipa Pinto, em nome do LIVRE, defendeu ainda "um modelo de gestão democratizado, em que os professores tenham peso na eleição da direção da escola". Sobre o 5º e 7º escalões "é preciso desbloquear e acabar com as quotas, assim como reduzir a burocracia e aumentar o número de elementos de PAE por aluno, apostando na formação destes trabalhadores". Filipa Pinto sublinhou também que o LIVRE tinha no seu caderno eleitoral a recuperação das cantinas públicas nas escolas.



IL – “Ser professor é uma missão e não uma profissão”

Já Matilde Rocha, assessora parlamentar para a área da Educação e candidata pelo círculo eleitoral do Porto da Iniciativa Liberal (IL), começou por relembrar que "ser professor é uma missão e não uma profissão e por isso vemos cada vez menos jovens a optar pela carreira docente". Foram vários os pontos assinalados pela representante da IL, destacando-se a defesa dos direitos dos professores, assim como a revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo e o Estatuto da Carreira Docente (ECD). "É essencial flexibilizar os concursos, termos mais democracia nas eleições nas escolas, acabar com os concursos para vagas por doença e apostar realmente numa avaliação que conte para a progressão". Matilde Rocha terminou focando o tema do Ensino Superior, sobre o qual a IL defende uma revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior - RJIES, assim como da carreira de investigação.



CDS-PP quer “pensar a escola com todos motivados”

João Paulo Almeida foi o representante escolhido pelo CDS-PP para representar o partido nesta sessão. O deputado começou por colocar o foco "na questão das ultrapassagens" que, segundo ele, tem de ser um objetivo desta legislatura. João Paulo Almeida alertou para o facto de "ser preciso pensar a escola com todos motivados para um novo ciclo. Há que valorizar os professores, adequar o ensino às capacidades e potenciar os alunos. E além de mais, precisamos pensar em como dar ferramentas aos migrantes", acrescentando que "a escola tem de ter liberdade para projetos educativos. A escola tem de ser um espaço de liberdade e sem pressão ideológica. A escola não serve para transmitir ideologias, mas sim conhecimento".



PS quer mais autonomia das escolas

A fechar, Porfírio Silva, candidato do PS a deputado pelo círculo eleitoral do Porto, reafirmou a necessidade de se olhar para três pontos: valorização, priorização do ambiente escolar e a qualidade do ensino. "Recuperar o tempo de serviço não chega. É preciso agora olhar para a escola de forma diferente. As necessidades das escolas têm de ser geridas de outras formas e elas passam por rever rácios de assistentes operacionais e do pessoal técnico especializado e vinculá-los. É preciso rever o modelo de governação das escolas. Dar mais apoio às direções para lhes tirar alguma da imensa carga a que estão sujeitos" foram alguns dos pontos apontados pelo deputado do PS, que afirmou que o futuro precisa de "concretizar os recursos para a educação e oferecer mais autonomia às escolas, com respostas mais adequadas ao ambiente em que cada uma está instalada". A respeito do Ensino Superior frisou ser necessário manter a revisão do RJES e acabar com a precariedade dos investigadores.

Público presente levantou várias questões

Fechado o espaço interventivo para as apresentações de cada um dos representantes dos partidos políticos que aceitaram o convite da FNE, abriu-se tempo para questões levantadas pelo público presencial, composto na sua maioria por dirigentes da FNE e dos seus sindicatos docentes e de pessoal de apoio educativo inscritos no evento.

As questões colocadas aos partidos centraram-se na questão da valorização da carreira docente, na descentralização de competências relativa ao PAE, na formação e no rácio de trabalhadores não docentes, assim como em questões ligadas aos setores privado e social da educação. Os representantes dos sete partidos responderam a todas as questões, contribuindo para um esclarecimento cabal das suas propostas.



Pedro Barreiros: "Aposta ganha. A educação saiu a ganhar"

O encerramento desta Sessão Pública em formato de "mesa-redonda" ficou a cargo do Secretário-Geral da FNE, com Pedro Barreiros a demonstrar a sua satisfação com o que ouviu considerando "esta foi uma aposta ganha, pois quem constrói diariamente a educação saiu a ganhar hoje daqui". Pedro Barreiros lembrou os partidos que "o que esperamos é que seja possível, depois das eleições de 18 de maio, conseguir continuar um caminho de ganhos", fazendo uma pequena "correção" a fechar, relativamente à designação de Recuperação Integral do Tempo de Serviço: "Não lhe chamo integral. Chamo apenas Recuperação do Tempo de Serviço (RTS), pois para ser integral ainda falta muito tempo a recuperar, nomeadamente o que foi perdido com as ultrapassagens na carreira. Essa será uma bandeira da FNE na próxima legislatura", assumiu.

Nesta Sessão Pública "As Apostas na Educação", a FNE entregou aos sete representantes dos partidos políticos o seu "Roteiro para a Legislatura 2025-2029", no qual destaca as maiores reivindicações para a Educação dos próximos anos. A sessão foi transmitida em direto no canal Youtube da FNE.





Veja aqui o vídeo



Galeria
de Fotos



AFIET

Federação Nacional da Educação

Entrevista

**2 ANOS COM
VITÓRIAS DA
LUTA E DO
DIÁLOGO**



PEDRO BARREIROS

ENTREVISTA AO SECRETÁRIO-GERAL DA FNE

Por ocasião dos dois primeiros anos do mandato 2023-2027



Reivindicar com firmeza, mas com responsabilidade



Na data em que celebrava dois anos da sua eleição para Secretário-Geral da FNE, em 21 de maio de 2023, Pedro Barreiros deu uma entrevista à Comunicação da FNE em que fez um balanço extremamente positivo dos primeiros dois anos de mandato. A resposta a uma instabilidade persistente no setor da educação foi “reivindicar com firmeza, mas com responsabilidade”. Resultados? O acordo histórico da recuperação do tempo de serviço em maio de 2024, o acordo da Mobilidade por Doença em março de 2025 e o aumento do número de associados. A meio do caminho ficaram a revisão do ECD e avanços concretos nas condições de trabalho, salariais e carreiras do Pessoal de Apoio Educativo. Pedro Barreiros gostaria de ter resolvido as ultrapassagens na carreira docente. Mas afirma que tudo se pode esperar “do profundo sentido de missão da FNE”.

www.fne.pt



Revisão do CCT entre FNE/FSUGT e CNIS

TRABALHADORES DAS IPSS
mais valorizados



FNE e Sindicatos da UGT celebram novo acordo de revisão do CCT com CNIS

A FNE, integrada numa frente sindical da UGT, celebrou, pelas 15h00 de 21 de maio de 2025, mais um acordo de revisão do Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) com a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS).

Esta negociação desenvolveu-se num contexto político e económico desafiante, marcado por dificuldades várias vividas pelas famílias portuguesas, decorrentes das elevadas taxas de inflação e de juro.

No entanto, os objetivos alcançados neste difícil acordo abrem perspetivas positivas aos trabalhadores, cujos aumentos remuneratórios globais vão fixar-se acima da inflação esperada para 2025, o que permite ganhos significativos em muitas categorias profissionais, nomeadamente dos trabalhadores das carreiras gerais e dos educadores de infância e professores dos ensinos básico e secundário.

“O acordo hoje assinado, assinala mais uma etapa de reconhecimento e valorização de todos, homens e mulheres, que honram a sua força de trabalho à causa social e solidária nas IPSS Portuguesas”.

Estas palavras foram deixadas por José Ricardo Coelho, Secretário-Geral Adjunto da FNE e coordenador das negociações para o setor social e solidário, no seu discurso de assinatura do acordo.

A FNE e os Sindicatos da UGT reconhecem que há ainda um longo caminho a percorrer para dignificar verdadeiramente o trabalho e os trabalhadores do setor social. Porém, este acordo permite dar um passo firme e sustentável para melhorar as condições remuneratórias dos trabalhadores do setor das IPSS, reforçando, por sua vez, os mecanismos da negociação coletiva, através de um diálogo construtivo e pragmático para o encontro de soluções de compromisso bipartido.



José Ricardo Coelho deixou dois alertas para o setor social e solidário: o primeiro alerta foi dirigido ao Estado, “que não tem feito tudo o que está ao seu alcance para valorizar e dignificar o trabalho desenvolvido no setor”. O segundo dirigiu-se às próprias instituições do setor, “às quais se exige fazer caminho, para se tornarem unidades económicas com uma gestão mais profissionalizada e mais eficiente”.

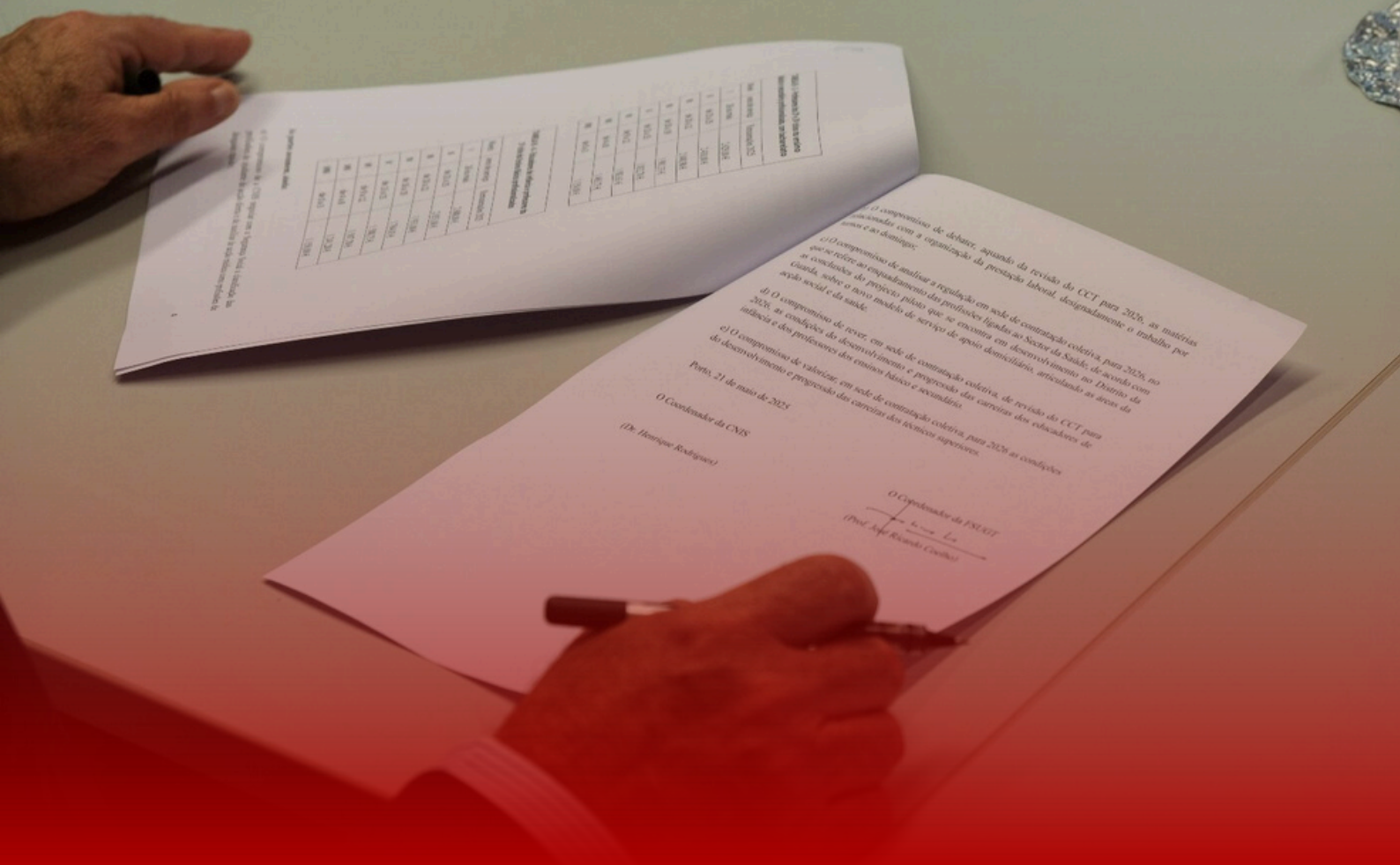
A FNE e os sindicatos desta Frente Sindical da UGT deixaram o seu compromisso firme de continuar a bater-se, através dos meios que têm ao seu alcance, para reforçar o

setor social e solidário, capaz de competir com os demais setores da nossa economia, seja na qualidade dos serviços que prestam, seja na capacidade de recrutar os melhores recursos para as suas respostas sociais.

O objetivo da FNE e da Frente Sindical da UGT é o de dar um rumo mais ambicioso a todo o setor da economia social, que permita, aos seus mais de duzentos mil trabalhadores, sonharem com melhores condições de trabalho, melhores condições de vida, e com melhores condições de um exercício pleno da sua liberdade individual e coletiva.

Clique para ver o vídeo





#Conseguimos:

- valorização de 70 mil trabalhadores entre docentes e pessoal não docente das IPSS
- aumento global de 4%
- aumento de 22% na remuneração complementar dos docentes e não docentes que exercem cargos de coordenação ou direção técnica ou pedagógica
- valorizou-se, ainda mais, a antiguidade ao ter sido criada uma sétima diuturnidade e um aumento do seu valor em cerca de 4%
- progressão ao nível III da carreira docente para os educadores de creche

Quarta reunião sobre a aplicação das normas para a recuperação do tempo de serviço

A FNE esteve na tarde de 12 de maio no MECI/DGAE para a quarta reunião da Comissão de Acompanhamento da aplicação do DL n.º 48-B/2024.

Paulo Fernandes, Secretário-Geral Adjunto da FNE, fez o balanço deste encontro cujo objetivo era esclarecer algumas dúvidas relativamente à recuperação do tempo de serviço e à aplicação das normas de progressão.

Desta reunião, as principais notas a destacar em termos de números são:

- 47 mil processos já validados
- 5 mil processos aguardam validação do professor ou da escola
- A 13 mil faltam formação ou validação da formação
- 10 mil não têm tempo a recuperar

Segundo o SG Adjunto da FNE "a DGAE tem colocado várias notas informativas com FAQ's que têm respondido à maior parte das questões colocadas, mas a FNE deu nota dos problemas que as escolas ainda enfrentam na percepção de alguns desses esclarecimentos, assim como da forma como interagem com as aplicações informáticas das escolas e da plataforma do IGEF".

A FNE teve ainda oportunidade de colocar outras questões "sobre o período probatório e ainda sobre as condições de profissionalização, assim como perguntamos sobre as datas das listas de colocação ou da Mobilidade por doença e aguardamos então respostas sobre estes pontos" disse Paulo Fernandes.





Clique para ver o vídeo

fne

Dia ^{MUNDIAL} do Trabalhador



VALORIZAR OS TRABALHADORES

COMBATER A PRECARIEDADE

CARREIRAS DIGNAS

INVESTIR NA EDUCAÇÃO

KIDS RACE 09H30

+ CORRIDA E
CAMINHADA
1º DE MAIO

10H00

ANIMAÇÃO
CULTURAL

ATIVIDADES DESPORTIVAS
TUNAS ACADÉMICAS

FOLCLORE

TOY
16H00

INTERVENÇÕES
SINDICAIS
15H00

1º  maio 
PORTUGAL

S7ZN

SPZC

SP

SPD

SPPA

SP

SPCL

STAE

STAE

STAE



FNE marcou presença nas celebrações do 1º Maio da UGT, no Jamor

A celebração do 1º Maio - Dia do Trabalhador de 2025 da UGT aconteceu este ano no Jamor, Oeiras.

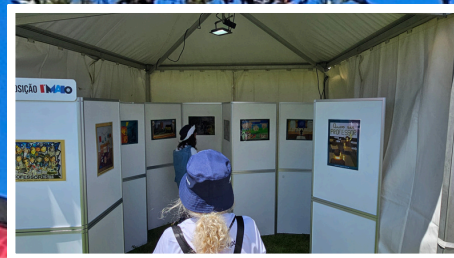
Foi junto ao Estádio Nacional que a UGT e os seus Sindicatos receberam todos aqueles que quiseram mostrar a força dos trabalhadores portugueses em mais um 1º de Maio, numa celebração que contou com atuações de Tunas Académicas, da banda Buzz Killers e de Toy, naquele que foi o momento alto em termos musicais, num dia recheado de iniciativas e que começou com a Corrida UGT logo pela manhã.

Durante a tarde aconteceram ainda os habituais discursos e presença de dirigentes de todos os sindicatos da UGT em palco assim como do convidado especial, Isaltino Morais, Presidente da Câmara de Oeiras.

Mário Mourão, Secretário-Geral da UGT, deixou no seu discurso o alerta de que **"recusamos o fantasma da austeridade. Para a UGT não pode haver retrocesso na valorização salarial"**, afirmou.

A FNE e os seus sindicatos marcaram presença nesta que foi mais uma importante jornada de afirmação dos valores em que assenta o sindicalismo democrático no nosso país.

Recorde aqui algumas das melhores imagens do 1º Maio - UGT, que incluiu ainda a exposição dos trabalhos vencedores relativos ao Concurso "Era uma vez...o 1º de Maio" promovido pela FNE e pelos seus Sindicatos.



www.fne.pt

Galeria
de Fotos





Entrega de Prémios do Concurso "Era uma vez... o 1.º de Maio" na Escola Secundária D. Maria II, em Braga

Realizou-se no dia 26 de maio de 2025, na Escola Secundária D. Maria II, em Braga, a cerimónia de entrega de prémios do concurso "Era uma vez... o 1.º de Maio", destinada aos alunos desta escola distinguidos no âmbito desta iniciativa promovida pela FNE.

A sessão contou com a presença da Diretora do Agrupamento de Escolas D. Maria II, Ângela Meireles, da Adjunta, Cidália Freitas e do professor dinamizador do concurso na escola, Luís Silva. Em representação da Federação Nacional da Educação (FNE) estiveram o Secretário-Geral, Pedro Barreiros, o Vice-Secretário-Geral, António Jorge Pinto, e o Secretário Nacional, Pedro Brandão, bem como o Presidente da Direção Distrital de Braga do Sindicato dos Professores da Zona Norte (SPZN), Alexandre Dias.

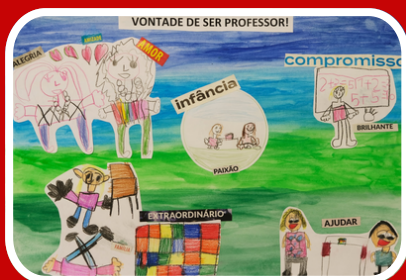
Foram distinguidas as alunas Ana Clara Gomes, Lia Fernandes, Gabriela Dias e Cláudia Ribeiro, autoras de trabalhos que se destacaram pela sua qualidade, criatividade e profundidade na abordagem ao significado do 1.º de Maio.



Na sua intervenção, o Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros, destacou a excelência dos trabalhos apresentados pelos alunos da Escola Secundária D. Maria II, sublinhando que “a qualidade demonstrada justifica plenamente o número de prémios atribuídos a esta escola”. Aproveitou ainda a ocasião para anunciar que os trabalhos poderão vir a ser divulgados na publicação mensal da FNE, como forma de reconhecimento e valorização do empenho dos alunos e da escola.

A cerimónia decorreu no espaço de exposições da Escola Secundária D. Maria II, num ambiente de celebração do talento, da criatividade e do esforço coletivo.





1º LUGAR

Grupo R3 JI da Retorta
— AE do Campo Valongo



2º LUGAR

Sala 5 EB de Valença
— AE Muralhas do Minho



3º LUGAR

Jardim Escola João de Deus - Belas



1º LUGAR

Beatriz Pacheco Pinto
— EB Penafiel Sul



2º LUGAR

EB de Margaride
— Turma 113 - Felgueiras



3º LUGAR

Turma 4 A1 — EB N° 1 — Lordelo



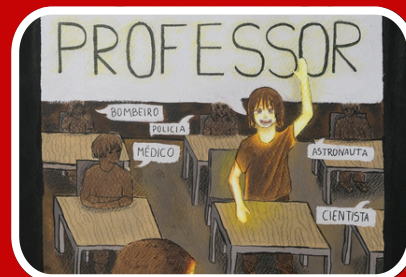
1º LUGAR

Ana Clara Bastos Gomes
— AE - D. Maria II - Braga



2º LUGAR

Lia Fernandes AE
— D. Maria II - Braga



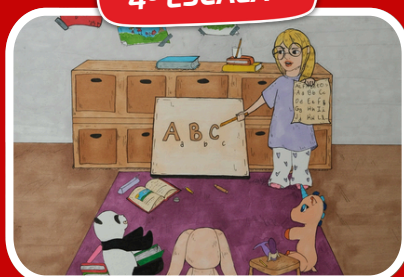
3º LUGAR

Gabriela Dias
— AE - D. Maria II - Braga



1º LUGAR

Paula Maria Neri — AE Salgueiro
Maia — Fazendas de Almeirim



2º LUGAR

Cláudia Ribeiro — Escola
Secundária D. Maria II - Braga



3º LUGAR

Maria Carolina Neri
— AE de Almeirim



Conferência de Organização SPZN 2025 para *Re“pensar”* *a Profissão Docente*

O Sindicato dos Professores da Zona Norte (SPZN) promoveu, nos dias 23 e 24 de maio de 2025, a sua Conferência de Organização, sob o mote *Re“pensar” a Profissão Docente* e o nosso Papel na Era da Complexidade e da Artificialidade. O evento decorreu no Auditório da AEP, em Matosinhos, e reuniu cerca de 150 docentes, investigadores, especialistas em educação e dirigentes sindicais, num momento marcante de reflexão, debate e construção coletiva.

Num tempo de rápidas transformações sociais, tecnológicas e educativas, o SPZN desafiou a classe docente e os dirigentes sindicais a olhar criticamente para os novos contextos e a (re)afirmar o seu papel na construção de uma educação de qualidade.

O programa da conferência foi diversificado, com sessões plenárias, mesas-redondas e painéis temáticos que abordaram as grandes questões da atualidade educativa, o futuro da profissão docente e o papel do sindicalismo na defesa dos direitos dos professores.

23 de maio: Abertura com emoção, história e reflexão

Os trabalhos iniciaram-se com um momento musical, em que foi apresentada a canção “Norte da Esperança”, interpretada por Pedro Barreiros e produzida por Rodolfo Cardoso, criada especialmente para o evento. Seguiu-se a abertura oficial, com intervenções de Pedro Barreiros, Presidente da Direção do SPZN, e de João Dias da Silva, Presidente do Conselho Geral.

Um dos momentos simbólicos do dia foi a apresentação do livro “50 Anos, 50 Histórias”, pela professora Maria Arminda Bragança e pelo autor Nélson Soares, um registo precioso da história e da memória do SPZN.

A tarde encerrou com a intervenção de Domingos Fernandes, Presidente do Conselho Nacional de Educação, que partilhou uma análise aprofundada sobre os desafios da profissão docente na era da complexidade e da artificialidade, sublinhando a necessidade de novas formas de pensar e agir no campo educativo.

24 de maio: Debate interno, crítica social e renovação do compromisso sindical

O segundo dia começou com intervenções de dirigentes e delegados sindicais, num balanço das conquistas e da ação contínua do SPZN em defesa da educação e dos professores. Um dos momentos centrais foi o debate sobre propostas de alteração aos Estatutos do SPZN, refletindo um verdadeiro exercício democrático e coletivo de análise sobre o futuro do sindicato.

O dia contou ainda com intervenções de destaque. Carlos Silva, ex-Secretário-Geral da UGT e membro do Comité Económico e Social Europeu, alertou para a necessidade urgente de lutar pelo reconhecimento social da profissão docente, afirmando que “há muito deixou de ser vista como incontestável, exigindo agora renovada afirmação”.

Já a eurodeputada e Vice-Presidente do Grupo do Partido Popular Europeu, Lúcia Pereira, trouxe uma perspetiva europeia, sublinhando a importância da mobilização docente e do diálogo sindical. Lançou ainda interrogações desafiantes sobre o papel atual dos sindicatos e o propósito do sindicalismo no século XXI, promovendo um momento de reflexão profunda entre os presentes.

A conferência encerrou com a intervenção de Pedro Barreiros, Secretário-Geral da FNE, que reiterou a importância do papel e da intervenção do SPZN na dignificação da profissão docente, na construção coletiva de soluções no seio da Federação Nacional da Educação – FNE, e na defesa de uma Educação e Escola de qualidade.





A FNE tem de ser Educação, tem de ser Superação, tem de zelar com Paixão, tem de ser História e tem de ser Futuro

O Sindicato dos Professores da Zona Norte (SPZN) realizou, nos dias 23 e 24 de maio, a **Conferência de Organização 2025**. Um ano após o acordo histórico assinado pela FNE — que devolveu aos professores o tempo de serviço congelado — cerca de 150 dirigentes e delegados sindicais do SPZN reuniram-se no auditório da AEP, em Matosinhos, num momento de debate interno, reflexão crítica e renovação do compromisso sindical.

O SPZN reafirmou, com determinação, o seu compromisso com a Educação e com todos os Professores e Educadores portugueses.

A conferência teve início com um excelente momento musical protagonizado por Pedro Barreiros (filho do Secretário-Geral da FNE), cuja letra exprime, com exatidão, aquilo que nos define:

“Somos superação, somos Professores, somos zelar com paixão, com um Norte assente em valores”.

Este foi o ponto de partida para uma conferência intensa, vibrante e profundamente participada, onde os professores da Zona Norte debateram questões internas, estatutárias e aspetos centrais da profissão e da carreira docente. Foram também lembrados os afetos e os valores que nos identificam enquanto professores e sindicalistas e reafirmado o orgulho em pertencer a esta grande família sindical.

Dissemos, com voz firme, que pela Educação lutamos de mãos dadas. Que somos História e Futuro. Que somos acreditar. Acreditamos que esta conferência revelou o melhor do SPZN: o sentir dos nossos associados, a energia dos nossos dirigentes e delegados, a força da voz das bases. E a certeza de que este é um caminho a consolidar.

Hoje, o SPZN conta com uma liderança forte, jovem, competente e dinâmica — uma liderança reconhecida e respeitada, que se afirma diariamente através de uma ação determinada, corajosa e responsável. O processo de rejuvenescimento interno tem-nos permitido dar respostas novas, eficazes e oportunas aos desafios atuais, contribuindo para o crescimento e fortalecimento do SPZN, e promovendo um sindicalismo participativo e verdadeiramente democrático.

Estamos conscientes do nosso valor e do papel que representamos na FNE e no movimento sindical nacional. Acreditamos que somos, atualmente, a maior e mais influente força sindical na Educação em Portugal — e que podemos tornar-nos ainda mais fortes e representativos, porque sentimos que os que representamos acreditam em nós e no trabalho que desenvolvemos por todos e por cada um.

Sabemos que cada sindicato da FNE tem a responsabilidade de dar sempre o seu melhor, na sua área de influência e intervenção. Porque só com sindicatos fortes teremos uma Federação cada vez mais capaz de concretizar os seus objetivos e cumprir o plano de ação aprovado para o mandato em curso.

A FNE é Educação. É Superação. É Acreditar. Assumimos essa responsabilidade, de mãos dadas, todos os dias.

António Jorge Pinto
Vice-Presidente do SPZN





A contratação coletiva na FNE: pela defesa dos seus trabalhadores

O que se entende por contratação coletiva? É um direito dos trabalhadores, presente no artigo 56.º 3 da Constituição da República Portuguesa, que confere às associações sindicais o direito de exercerem a contratação coletiva.

Surge-nos assim o direito de contratação coletiva como um direito coletivo dos trabalhadores representados pelas associações sindicais, direito espelhado no artigo 485.º do Código do Trabalho, que se exerce com a apresentação por uma das partes, trabalhadores / empregadores, de proposta de celebração ou de revisão de uma convenção coletiva, sempre em forma escrita e devidamente fundamentada.

No que concerne à negociação da retribuição e da duração de organização do tempo de trabalho, prevê o artigo 488.º do Código do Trabalho que as partes devem, sempre que possível, atribuir prioridades à sua negociação, sempre na perspetiva da segurança económica do trabalhador e da sua segurança e saúde no trabalho.

Um princípio muito importante na negociação coletiva, e constante no artigo 489.º do Código do Trabalho, prende-se com o respeito pelo princípio da boa-fé, princípio que deve pautar a atuação de ambas as partes no processo negocial, nomeadamente a brevidade possível na apresentação de propostas e contrapropostas, fornecer as informações solicitadas por qualquer das partes no processo negocial, facultando os elementos ou informações solicitadas, sem prejuízo da defesa dos seus interesses.

Portanto o direito à contratação coletiva reconhecido às associações sindicais tem de considerar-se um direito fundamental dos trabalhadores para efeitos dos artigos 17.º e 18.º da Constituição da República Portuguesa, um direito inegável e inquestionável dos trabalhadores portugueses, direito esse que a FNE e suas associações sindicais têm promovido desde a sua fundação.

A FNE, Federação de Sindicatos de Educação integrada na UGT, entidade com uma referência base de promover a negociação/contratação coletiva e consequente alcance de acordos negociais, tem conseguido ao longo da sua vida estabelecer vários acordos, dos quais destacamos mais recentemente, o acordo com o Ministério da Educação, que respeita à recuperação do tempo de serviço dos professores, com as Mutualidades e com a CNEF - Confederação Nacional da Educação e Formação, entidade que representa os estabelecimentos de ensino particular e cooperativo e a associação nacional das escolas profissionais.

No passado dia 21 de maio de 2025, através da frente de Sindicatos da UGT, coordenada pelo prof. José Ricardo Coelho, da FNE, após duras negociações, alcançou-se um bom acordo salarial e outras vantagens para os trabalhadores das instituições de solidariedade social - a CNIS.

Perguntar-me-ão, e as Misericórdias? Entidade muito difícil na negociação coletiva, onde a primeira convenção coletiva que foi estabelecida com a União das Misericórdias, após 10 anos de negociação, com o prof. José Frade, do SPZC, em representação dos sindicatos da FNE. e do Padre Victor Melícias, em representação da União das Misericórdias Portuguesas, deu início ao primeiro processo negocial com esta Instituição.

A negociação coletiva em curso com a União das Misericórdias será mais um obstáculo difícil de ultrapassar pela FNE e pelos seus sindicatos, obstáculo que o prof. José Ricardo Coelho, como coordenador do grupo de negociação da FNE, certamente com a sua experiência, paciência e sabedoria saberá ultrapassar e levará a bom termo, alcançando-se mais um acordo que visará a dignificação da vida dos trabalhadores das Misericórdias Portuguesas, através da sua melhoria salarial e outras condições de trabalho, sempre com o objetivo da proteção da segurança, saúde e vida familiar destes trabalhadores.

Constatamos que nós estamos integrados numa Federação Sindical, a FNE, e numa União de Sindicatos, a UGT, Associações sindicais que cultivam a negociação coletiva pela defesa dos seus trabalhadores, o que certamente nos diferencia de demais associações sindicais, que cultivam a luta sindical habitualmente consumada com a greve, quase sempre com prejuízos para os trabalhadores e para os cidadãos deste país, que deixam de poder aceder a muitos serviços públicos e privados.

Viva a negociação coletiva.

João Ramalho
Presidente do STAEZCENTRO

DIA MUNDIAL

PAE

PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO



WEBINÁRIO

VALORIZAR OS INVISÍVEIS

DIA MUNDIAL DO PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO

16 MAIO 2025

18h00 – 19h30



João Dias da Silva
Presidente AFJET



Cristina Ferreira
Presidente STAAE SUL e RA



João Ramalho
Presidente STAAE-ZC

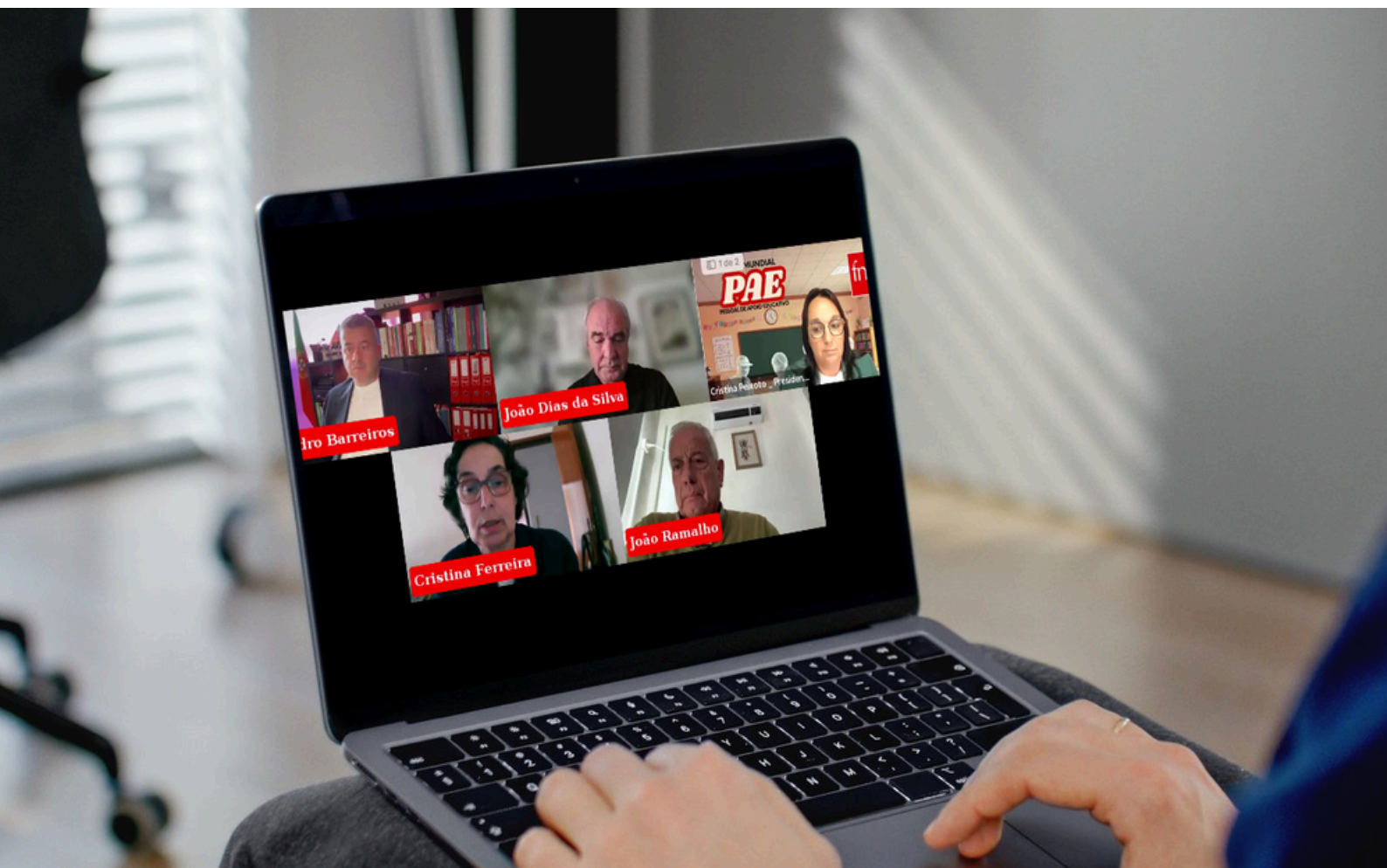


Cristina Peixoto
Presidente STAE-ZN



Pedro Barreiros
Secretário-Geral FNE





Dia Mundial do Pessoal de Apoio Educativo celebra invisíveis das escolas

A FNE e os seus três sindicatos de Trabalhadores de Apoio Educativo do norte, centro, sul e regiões autónomas (STAE-ZN, STAAE-ZC e STAAE SUL e RA) comemoraram, em 16 de maio de 2025, o Dia Mundial do Pessoal de Apoio Educativo (DMPAE), instituído pela Internacional da Educação (IE) em 2018, com um webinar intitulado “Valorizar os invisíveis”.

Esta iniciativa online contou na abertura com a intervenção do Presidente da AFJET, João Dias da Silva, e depois dos Presidentes dos três Sindicatos de Trabalhadores de Apoio Educativo da FNE (Cristina Peixoto, João Ramalho e Cristina Ferreira), com o encerramento a ficar a cargo do Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros.



JOÃO DIAS DA SILVA deu início ao webinar recordando o papel historicamente pioneiro da FNE e dos seus Sindicatos de Pessoal de Apoio Educativo-PAE/Não Docentes (ND) na identificação da necessidade de criação de um estatuto próprio para estes trabalhadores, traçando depois um enquadramento cronológico à evolução legislativa, da forma como os trabalhadores de apoio educativo têm vindo a ser considerados desde há dezenas de anos.

“Há alterações significativas ao longo do tempo, que vão marcando etapas significativas. O papel destes trabalhadores é poucas vezes reconhecido e até muitas vezes ignorado e invisível. Mas houve uma evolução positiva na sua importância e reconhecimento crescentes”. João Dias da Silva referiu que na legislação mais antiga são referidos como pessoal subalterno e pessoal menor, que se circunscrevia aos porteiros e aos contínuos. Com a publicação do DL 515/99, de 24 de novembro, de praticamente invisíveis, estes trabalhadores passam a **indispensáveis e incontornáveis** para a determinação de escolas de qualidade. (ler artigo integral na pág. XX)



CRISTINA FERREIRA - A Presidente do STAAESRA deixou palavras de elogio e destaque à visibilidade que a FNE e os Sindicatos de PAE/ND têm alcançado na luta pela causa de quem tanto dá às escolas. Pegando nas palavras de João Dias da Silva "imprescindíveis, mas invisíveis", Cristina Ferreira juntou a ideia que o papel é tão importante "que quando não estamos presentes, a escola fecha".

Cristina Ferreira que, em conjunto com João Ramalho (STAAEZC), estiveram presentes em Bruxelas, em 2018, quando a Internacional da Educação assumiu o 16 de maio como Dia Mundial do Pessoal de Apoio Educativo, deixou o mote de que "temos de lutar para deixar de ser invisíveis porque somos nós quem está sempre na linha da frente nas escolas e isso obriga a que exista reconhecimento pelo nosso trabalho".

Cristina Ferreira acrescentou que "é preciso também lutar por mudanças legislativas ao nível dos conteúdos funcionais e dos rácios, porque a escola apresenta novos desafios e é preciso adaptarmos tudo à mudança. Temos de batalhar por reconhecimento e por respeito", afirmou a fechar.



**VALORIZAR
OS INVISÍVEIS**



JOÃO RAMALHO - O Presidente do STAAEZC, também deixou nota para o crescimento da importância destes trabalhadores ao longo do tempo, que ficou ainda mais marcada "quando em 2018 a IE deu o pontapé de saída para este dia. Foi o alcançar do reconhecimento mundial, mas se temos uma função tão importante merecemos reconhecimento a essa dimensão".

João Ramalho somou ao seu discurso o facto de "termos agora nas escolas um conjunto de alunos de várias nacionalidades que colocam novos desafios. Como vamos comunicar com eles? Como fazemos para interagir com culturas diferentes?", lembrando ainda as dificuldades que estes trabalhadores vivem pela falta de formação específica para trabalhar e apoiar crianças com necessidades especiais.

"A verdade é que os trabalhadores de apoio educativo conseguem com grande esforço adaptar-se a todas as situações, mas isso também acontece porque há um orgulho muito grande na profissão que temos". A fechar, o Presidente do Sindicato de PAE/ND do Centro acentuou a questão dos salários: "Temos de lutar pela dignificação das carreiras e do salário, que não pode ser o mínimo e que cada vez mais se aproxima do salário médio".



CRISTINA PEIXOTO - Coube à líder do STAEZN, fechar o painel de palestrantes dos três sindicatos FNE de Trabalhadores de Apoio Educativo lembrando, em sintonia com a mensagem do livro "Príncipezinho", que as coisas mais importantes são invisíveis aos olhos e que "isso mostra como somos importantes, porque somos essenciais nas escolas. Todos os dias estamos lá, somos nós que tratamos de muitas situações, que garantimos os horários, que temos os olhos no pátio, que gerimos muitos pontos de organização".

Cristina Peixoto lamentou o facto de que "não nos incluem quando dizem pretender uma educação de qualidade. Somos insubstituíveis, mas também somos chamados para muitas tarefas para as quais não existe formação. Mas o que não temos em formação sobra-nos em empatia". Tal como João Ramalho, também Cristina Peixoto apontou baterias "aos ordenados mínimos que muitos trabalhadores, que tudo dão na sua profissão, recebem, há décadas de trabalho e dedicação. Quem trabalha na escola é uma célula vital e deve ser reconhecido por isso a todos os níveis".

DIA MUNDIAL DO PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO

16 MAIO 2025

18h00 – 19h30



PEDRO BARREIROS - O Secretário-Geral da FNE, fechou este webinar, lembrando que esta data "é uma boa ocasião para pararmos, refletirmos e, acima de tudo, reconhecermos o papel essencial e insubstituível do PAE no funcionamento, harmonia e na humanização das nossas escolas". O líder da FNE afirmou que "quando falamos de educação, o pensamento tende a recair de imediato sobre os professores. No entanto, por trás do bom funcionamento de cada escola, há uma equipa incansável, muitas vezes invisível, mas absolutamente indispensável: o Pessoal de Apoio Educativo.

Assistentes operacionais, técnicos especializados, auxiliares, administrativos, vigilantes, cozinheiros e tantos outros que, com disciplina e dedicação, fazem da escola um lugar seguro, limpo, organizado, acolhedor e funcional. São estes e não quaisquer outros que recebem os alunos com um sorriso, que zelam pela alimentação, higiene e segurança, que estão atentos ao bem-estar, que ajudam a resolver no dia a dia situações inesperadas e que tornam possível uma boa convivência escolar".

Depois de responder em conjunto com os Presidentes dos STAAE's a algumas questões colocadas pela audiência, relativas a vários temas que constam do "Roteiro FNE para a Legislatura 2025-2029", Pedro Barreiros encerrou esta celebração garantindo que "a FNE não abdica das suas bandeiras.

2025 vai ter de ser um ano de ganhos ao nível do PAE ou então teremos de ser mais duros e ativos junto do Ministério da Educação. Estamos disponíveis para, por exemplo, tal como está a acontecer ao nível dos docentes, seja feito um protocolo negocial para várias matérias, num tempo estimado para os problemas destes trabalhadores".

E para esta luta "precisamos de todos. Mais atuantes, mais participativos e não esperar que alguém faça algo por nós. O que tenho como certo é que o vosso trabalho é essencial, a vossa presença é valiosa e o esforço tem de ser reconhecido. Eu, enquanto dirigente sindical, mas também pai, professor e aluno que fui, reconheço isso. E este é o dia em que todos devemos celebrar e valorizar o trabalho do Pessoal de Apoio Educativo/Não Docente".

A comemoração do DMPAE reconhece, a nível mundial, o papel imprescindível destes profissionais nas nossas escolas, não obstante o sistemático esquecimento e falta de reconhecimento e valorização do seu trabalho.

A FNE não desiste de ser exigente e responsável e relembra as palavras de David Edwards, Secretário-Geral da IE: "Apelo a que os governos implementem todas as reivindicações sindicais estabelecidas na **DECLARAÇÃO DE AVEIRO**, de 18 de maio de 2023. Vamos apelar a todos os países para que defendam a educação pública e financiem o Pessoal de Apoio à Educação!".



Pessoal de Apoio Educativo: de ignorado e invisível a indispensável

No dia 16 de maio de 2025, celebrámos mais uma vez o Dia Mundial do Pessoal de Apoio Educativo (DMPAE).

Esta foi uma oportunidade para:

- assinalar o percurso de crescimento do reconhecimento e valorização do seu papel, ocorrido ao longo dos tempos;
- acentuar o papel da FNE e dos seus sindicatos como atores essenciais no caminho de valorização e reconhecimento destes trabalhadores.

Não é comum que o papel destes trabalhadores seja referido e reconhecido, sendo muitas vezes ignorado, e até invisível, mas não se pode negar que houve uma evolução positiva que claramente lhes tem vindo a atribuir uma importância e um reconhecimento crescentes.

Para confirmar esta afirmação, começemos por uma breve perspetiva histórica do que encontramos em termos de referências a estes trabalhadores.

No decreto de 25 de outubro de 1836, que criava a Academia das Belas Artes de Lisboa, eram feitas referências a “Empregados subalternos”, estabelecendo nesse grupo um fiel, dois porteiros, um Contínuo e dois homens-modelos.

No decreto de 17 de novembro de 1836, que definia o plano da instrução secundária, sendo Ministro do Reino Passos Manuel, dizia-se que “haverá em cada um dos Liceus uma Biblioteca, que servirá também para uso dos professores e alunos”, onde teria de haver um oficial às ordens do Bibliotecário.

Para além destes, determinava-se que haverá em cada um dos Liceus um Jardim experimental destinado às aplicações de Botânica, um Laboratório Químico e um Gabinete que terá três divisões correspondentes às aplicações da Física e da Mecânica, da Zoologia e da Mineralogia, cada um destes três estabelecimentos com um Guarda.

No decreto de 22 de novembro de 1836, que criava a Academia Portuense de Belas-Artes, havia referência novamente aos **Empregados Subalternos**, que eram um Amanuense, “que também servirá de Fiel, tendo a seu cargo a guarda e conservação dos objetos e utensílios da Academia, um Porteiro e dois Moços, um para servir de Modelo, outro para o asseio da Academia”.

Na Reforma da Instrução Pública de 1844, através do decreto de 20 de setembro de 1844, do ministério de Costa Cabral, assinalava-se que em cada uma das Secções do Liceu de Lisboa e em cada um dos outros Liceus haverá um Porteiro.

Nos Liceus de Lisboa e Porto haverá também um Contínuo, encarregado de assegurar a vigilância dos liceus fora das aulas, em conjunto com os porteiros, e ainda manter limpas as salas de aula e o estabelecimento de ensino em geral, assinalar o início e o fim das aulas, e avisar os professores para reuniões e exames, para além de tarefas de natureza administrativa.

No Decreto-Lei de 22 de dezembro de 1894, é utilizada a denominação de **“pessoal menor dos liceus”**, englobando porteiros, guardas e contínuos. Esta designação haveria de perdurar na legislação, até 1969.

Em Decreto-Lei de 22 de dezembro de 1900, registava-se a necessidade de baixar os níveis de qualificação para o exercício daquelas funções - que passa a ser o exame de instrução primária elementar do 2º grau - por se verificar que os concursos abertos para preencher as necessidades ficavam desertos de candidatos, tendo a experiência demonstrado que **com os vencimentos diminutos consignados em tabela não era possível encontrar candidatos que preenchessem os requisitos habilitacionais**.

No Decreto-Lei nº 36 508 de 1947, de 17 de setembro, que aprova o Estatuto do Ensino Liceal, é explicitado que o pessoal menor dos liceus é constituído por contínuos de 1.ª, contínuos de 2.ª e serventes. Em relação às secretarias, há o cuidado de explicitar as responsabilidades do respetivo chefe, na subordinação do qual estão alguns funcionários, oficiais de 1ª e de 2ª.

A expressão “**peçoal auxiliar**” só ocorre em 1969, para englobar os motoristas, o correio, o porteiro, os contínuos, o guarda, o servente e o pacote – no Decreto Lei nº 49 410, de 24 de novembro.

Mais tarde, o **Decreto-Lei nº 513/73, de 10 de outubro**, veio rever as estruturas administrativas dos estabelecimentos de ensino preparatório e secundário, bem como das escolas do magistério primário, “instituinto num quadro único de pessoal administrativo e auxiliar integrando os quadros privativos daqueles estabelecimentos, medida que faz abrir melhores expectativas aos funcionários e permite uma gestão mais racional e harmónica dos recursos humanos”.

Em 1980, a expressão que a legislação utiliza, no **Decreto-Lei nº 57/80, de 26 de março**, é a de “**pessoal auxiliar de apoio**”, o qual consagra, pela primeira vez, um elenco de direitos para estes trabalhadores, e identifica, nas suas funções, a responsabilidade de colaborar na ação educativa dos respetivos estabelecimentos de ensino.

Este diploma determina que os estabelecimentos de ensino oficial, com excepção dos do ensino superior, passam a

ter um quadro único do pessoal auxiliar de apoio, designado abreviadamente neste diploma por pessoal de apoio, no qual se integram os respectivos quadros privativos.

Mais tarde, o **Decreto-Lei nº 223/87, de 30 de maio**, criou a carreira de auxiliar de ação educativa, em substituição da de contínuo. Era João de Deus Pinheiro o Ministro da Educação e Cultura.

É neste contexto que a Federação Nacional da Educação (FNE), integrando sindicatos de professores e de trabalhadores não docentes, desenvolve uma forte ação de reivindicação para a valorização destes trabalhadores, de que é expressão, mais tarde, a publicação do Decreto-Lei n.º 515/99, de 24 de novembro, que vem assinalar a necessidade de que este pessoal tenha de ter níveis adequados de formação inicial, contínua e especializada.

De praticamente invisíveis, estes trabalhadores passam a indispensáveis e incontornáveis para a determinação de condições para escolas de qualidade.

João Dias da Silva
Presidente da AFIET
Webinário FNE de 16 maio 2025





Clique para rever o vídeo do Webinário



A FNE em Paris pela inclusão na educação

Decorreu em 22 e 23 de maio de 2025, em Paris, o primeiro seminário de dia e meio do projeto “INCLEDU4AllNeeds - Projeto Educação Inclusiva para todas as necessidades - Parceiros Sociais Setoriais Europeus na Educação promovendo a Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais na Educação”. O evento foi mais uma oportunidade para a FNE promover os resultados das suas duas consultas nacionais de educação inclusiva e assinalar o desenvolvimento que o tema tem merecido no nosso país.

A educação inclusiva merece diferentes abordagens educativas pela Europa fora, mas há sempre uma enorme curiosidade em conhecer a nossa Lei 54/2018, de 6 de julho, tão sublinhada, entre outras, pela UNESCO e pela OCDE. Este primeiro seminário de formação do projeto “INCLEDU4AllNeeds”, promovido pelo Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE), em conjunto com a Federação Europeia de Empregadores da Educação (EFEE), ofereceu à FNE a oportunidade de divulgar o seu trabalho na área da educação inclusiva, assim como dar a conhecer alguns dos resultados recolhidos nas duas consultas nacionais, entretanto realizadas.

De um modo geral, todos os países presentes no seminário se queixaram de um investimento público insuficiente nos seus sistemas de ensino, tão necessário para aplicar em mais recursos humanos e educativos, melhor coordenação entre a educação e a saúde, numa melhor formação, em melhores condições de vida e de trabalho.

As duas investigadoras do projeto mostraram um interesse vincado em conhecer melhor as respostas dos educadores e professores portugueses nas duas consultas nacionais da FNE, o que de algum modo poderá ser realizado no segundo seminário, já agendado para 29 e 30 de outubro próximo, em Lisboa.

O inquérito online às organizações do CSEE e da EFEE decorreu entre outubro e novembro de 2024, com o fito de recolher as suas opiniões sobre o estado da arte da inclusão de pessoas com necessidades especiais nos seus sistemas educativos nacionais e identificar as abordagens, práticas e estratégias conjuntas dos parceiros sociais no domínio da educação para garantir a plena inclusão das pessoas com necessidades especiais no sistema educativo e nas políticas de educação e emprego.

Finalmente, abordar as necessidades profissionais relevantes dos dirigentes escolares, dos professores e de outro pessoal educativo, os desafios ligados às condições de trabalho e de aprendizagem (incluindo a educação digital e sustentável), o desenvolvimento profissional inicial e contínuo, o recrutamento e a retenção, entre outros domínios.

No respeitante às visitas de estudo, a primeira decorreu em 5 de setembro de 2024, em Solingen, Alemanha, e a segunda em 6 de fevereiro deste ano a Bucareste, Roménia. A estas há que adicionar os já citados seminários de formação de Paris e de Lisboa.

O surto da pandemia de COVID-19 em 2020 e a mudança para o ensino a distância, bem

como a guerra na Ucrânia e as crises migratória, energética e socioeconómica na Europa, tiveram consequências graves, especialmente para os alunos que já são desfavorecidos. Este projeto surgiu no seguimento do compromisso dos Parceiros Sociais Europeus na Educação de melhorar a oferta de uma educação inclusiva e de qualidade, que realize o pleno potencial de cada aluno e preste especial atenção àqueles em risco de exclusão e de insucesso escolar.

Pretende-se assim consolidar uma base sólida para a continuação do processo de diálogo, tanto a nível nacional como europeu, para capacitar o diálogo social a adaptar-se ao mundo do trabalho em mudança, assegurando que as transições para uma economia digital, neutra em termos de clima e novas formas de emprego, não deixem ninguém para trás.

O principal resultado político do projeto são as orientações práticas sobre a forma de promover a inclusão efetiva das pessoas com necessidades especiais no sistema educativo e nas políticas de educação, através de iniciativas conjuntas dos parceiros sociais.

A conferência final deste projeto está prevista para janeiro de 2026, em Chisinau, na Moldávia.





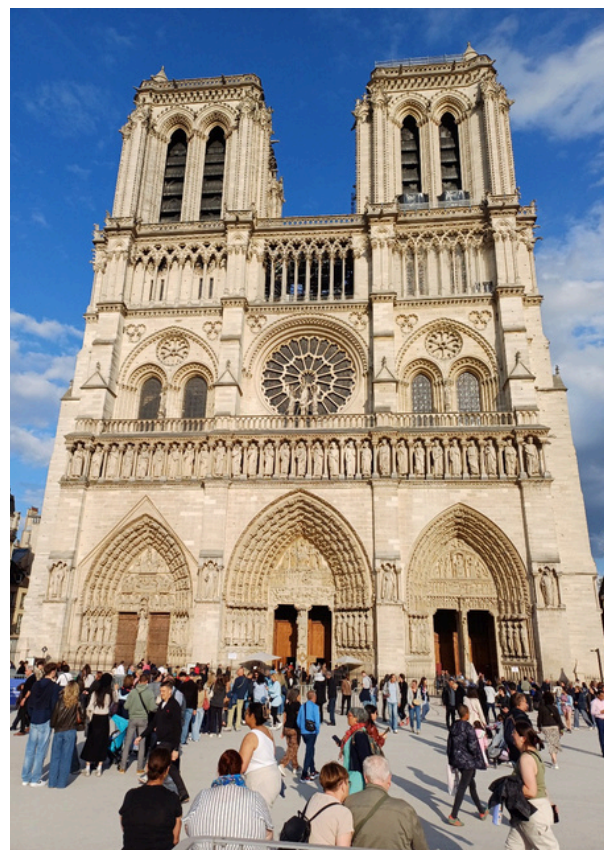
Um ponto comum focado por todos os países é a necessidade de implantação de políticas educativas assentes num sério diagnóstico de necessidades dos alunos.

Seja qual for o modo como os sistemas educativos estão a lidar com a educação inclusiva na Europa, ou mais em particular com os alunos com necessidades educativas especiais, é bem visível um grande esforço de sindicatos e empregadores europeus se envolverem em processos de diálogo social, a nível local, regional e nacional, no sentido de providenciarem uma educação com uma maior qualidade. Esse esforço existe de igual modo a nível europeu, de que este projeto é mais um exemplo.

O **INCLEDU4AllNeeds** tem um horizonte temporal de dois anos, visa identificar e promover abordagens conjuntas com sucesso dos parceiros sociais para garantir a plena inclusão das pessoas com necessidades especiais nos sistemas de ensino e nas políticas educativas (com enfoque no pessoal docente e na direção das instituições de ensino), bem como avaliar as políticas e práticas atuais.

O objetivo é reunir um conjunto concreto de propostas e recomendações para os sindicatos filiados no CSEE, os empregadores do setor da educação, as autoridades educativas e os governos. A iniciativa é levada a cabo pelo CSEE e pela EFEE em parceria com sindicatos da educação e organizações patronais de oito países: Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Irlanda, Moldávia, Portugal e Roménia.

O projeto consiste em três fases: investigação documental, um inquérito online e três visitas de estudo. O projeto documental visa identificar e avaliar a legislação existente, os programas especiais e as medidas adotadas a nível nacional, regional, local ou institucional, no que diz respeito à inclusão de pessoas com necessidades especiais no sistema educativo e nas políticas educativas: avaliar o impacto das políticas da União Europeia em matéria de inclusão nas políticas nacionais de educação e emprego; e identificar desafios, tais como a escassez de professores de educação especial, necessidades de apoio adicional e potenciais soluções.



Investigação sobre os riscos psicossociais e a saúde mental

Com base nas suas atividades anteriores sobre riscos psicossociais e projetos relevantes sobre digitalização e perturbações músculo-esqueléticas, a Agência Europeia para a Segurança e a Saúde no Trabalho está a executar um projeto de investigação (2022-2025) para fornecer informações fiáveis e aprofundadas sobre os riscos psicossociais relacionados com o trabalho e a saúde mental no trabalho para fins de formulação de políticas, prevenção, sensibilização e práticas. A atividade está também ligada a uma atividade paralela no setor da saúde e da assistência social.

Esta investigação conduz à Campanha Locais de Trabalho Seguros e Saudáveis 2026-2028 da Agência Europeia para a Segurança e a Saúde no Trabalho, que se centra na saúde mental e nos riscos psicossociais no trabalho em «grupos, setores e áreas profissionais novos e negligenciados».



Os objetivos da atividade são:

- utilizar os dados de investigação existentes e novos dados para melhorar a compreensão das causas subjacentes aos riscos psicossociais e práticas de prevenção eficazes em vários setores, profissões e grupos.
- identificar iniciativas bem sucedidas para prevenir e gerir os riscos psicossociais relacionados com o trabalho e promover a saúde mental no trabalho junto de um vasto público.
- melhorar o conhecimento e estimular o debate em matéria de políticas e medidas preventivas a nível nacional entre os decisores políticos e os profissionais de segurança e saúde no trabalho (SST);

As tarefas de investigação incluem análises da bibliografia, recolha e análise de dados, identificação de boas práticas, casos de estudo, ferramentas práticas e materiais de formação e sensibilização.

O projeto inclui as seguintes áreas de investigação:

- Factos e números sobre riscos psicossociais relacionados com o trabalho
- Política e prática de gestão dos riscos psicossociais relacionados com o trabalho
- Setores e diversidade / grupos vulneráveis
- Riscos psicossociais e saúde
- Violência e assédio
- Regresso ao trabalho e apoio a um trabalhador com uma condição de saúde mental
- Orientação e ferramentas

Fonte: Agência Europeia para a Segurança e a Saúde no Trabalho



Investir Garantir

NA EDUCAÇÃO

O FUTURO

WWW.FNE.PT